



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 866/XIII/2.ª

RECOMENDA AO GOVERNO QUE GARANTA A SALVAGUARDA DOS HABITANTES DOS AÇORES NO ÂMBITO DA UTILIZAÇÃO DA BASE DAS LAJES PELOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A Base Aérea das Lajes, também conhecida como Base Aérea n.º 4, é uma infraestrutura aeronáutica da Força Aérea Portuguesa e está subordinada ao Comando da Zona Aérea dos Açores. Localiza-se na vila das Lajes, no concelho da Praia da Vitória, na parte nordeste da ilha Terceira, nos Açores.

Portugal e a Inglaterra assinaram o primeiro acordo internacional sobre a Base das Lajes em 1943, no contexto da II Guerra Mundial. A partir de 1945, a Base passou a ser utilizada pela Força Aérea dos Estados Unidos da América através de um acordo com Portugal e que se mantém até aos dias de hoje por meio de outros acordos, tendo sido o último assinado em 1995.

A importância da Base das Lajes tem a ver com a influência dos Açores no controlo do Atlântico e a sua utilização permite um rápido acesso à Europa, à África e ao Médio Oriente, tendo servido, num passado recente, como um instrumento de atuação no contexto do confronto este-oeste levado a cabo pela URSS e pelos EUA durante a chamada “guerra fria”.

O mandato de Trump iniciou-se envolto em incertezas e instabilidade, tendo por base um conjunto de afirmações contraditórias, também em matéria de defesa e de política externa. Atualmente, face aos vários conflitos que o presidente dos Estados Unidos foi avolumando no ainda curto mandato, avançou que iria aumentar em 10% os gastos com

a defesa e exigiu aos restantes membros que integram a NATO que cumprissem escrupulosamente a obrigação de atingir os 2% do PIB no seu orçamento para a defesa militar.

Devin Nunes, em representação do governo de Donald Trump, deslocou-se aos Açores com dois avisos: que estrangeiros nas Lajes “não é uma boa ideia” e que os EUA não estariam interessados em ter qualquer governo estrangeiro adversário nas imediações; que o governo português teria que aumentar as despesas militares, nomeadamente, aumentando as capacidades da Marinha, investindo em equipamentos e modernização, se quisesse garantir a parceria e ajuda com os EUA. Alertou ainda que o governo americano “foi claro quanto às suas expectativas de que os países europeus assumam o compromisso de aumentar as despesas militares até 2% do PIB no prazo de 10 anos”.

Portugal tem sido um “bom aluno” da NATO. Aliás, o governo PSD/CDS impulsionou a Reforma «Defesa 2020», que teve como principal objetivo o de reduzir a despesa com direitos sociais e laborais na Defesa, canalizando o investimento para equipamentos e modernização, para poder dar resposta às exigências no âmbito da NATO.

No entanto, conhecemos bem o impacto que teve a postura subserviente de Portugal face às elevadas exigências de investimento na Defesa colocadas pelos Estados Unidos e pelas outras grandes potências que integram a NATO, aliadas à subserviência dos sucessivos governos face às imposições e pressões europeias. O impacto é visível no desinvestimento nos serviços públicos, na perda de direitos sociais e laborais, na incapacidade de concretizar medidas que tenham como principal linha de conta os interesses dos cidadãos e cidadãs.

A presença militar americana na Base das Lajes tem sido lesiva para o desenvolvimento da ilha Terceira, particularmente em termos ambientais, com a contaminação dos aquíferos da Praia da Vitória com hidrocarbonetos. Por outro lado, tem criado uma relação de dependência da economia local face aos desígnios do governo norte-americano, potenciando uma relação de subserviência de Portugal face aos Estados Unidos. Esta situação torna-se agora ainda mais preocupante dado o clima de instabilidade e incerteza com a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos da América.

Em 2012, o governo norte-americano decidiu diminuir a sua presença militar na Base das Lajes e reduzir o número de postos de trabalho dos civis nacionais (mais de 400), aumentando em larga escala os números do desemprego na ilha. Para colmatar esse problema foi criado o PREIT - Plano de Revitalização da Ilha Terceira, que deveria ser implementado até ao fim de 2017 e que ainda não passou do papel.

Têm sido avançadas várias possibilidades em torno de soluções que permitam a dinamização da economia local da ilha, abrindo-a a investimento estrangeiro, dada a importância estratégica e geográfica dos Açores, assim como a importância da sua riqueza natural (fauna e flora) – a criação de um centro de investigação para o espaço, os oceanos, o clima e a energia, turismo, utilização civil das Lajes que potenciará a vinda de turistas e investidores, uma base low cost para satélites, etc.

No entanto, se os Açores e o governo português continuarem reféns dos Estados Unidos, as oportunidades serão perdidas e vão sendo criados constrangimentos que potenciam o isolacionismo da ilha Terceira, como acontece com o processo atual, que afasta a aviação civil da utilização das Lajes e, como acontecerá, se forem levadas em linha de conta as imposições avançadas por Devin Nunes.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Garanta a salvaguarda dos interesses dos habitantes dos Açores face às imposições dos Estados Unidos, avançadas por alguns representantes do governo norte-americano;
2. De acordo com o projeto de resolução já apresentado pelo Bloco de Esquerda na Assembleia da República e aprovado por todos os grupos parlamentares, desenvolva todos os esforços para garantir o fim da poluição e que acompanhe o processo de despoluição dos solos e aquíferos, da responsabilidade do governo norte-americano, no sentido de o agilizar e garantir a sua eficácia;
3. De acordo com o projeto de resolução aprovado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, assuma a monitorização e acompanhamento do trabalho de descontaminação através do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), entidade que tem acompanhado e analisado os trabalhos de descontaminação dos aquíferos, e garanta que o LNEC elabora relatórios semestrais que deverão ser enviados ao Governo

da República, à Assembleia da República, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e ao Governo Regional dos Açores;

4. Exija da Administração dos Estados Unidos da América a reparação célere do passivo ambiental decorrente da utilização da Base das Lajes por este país.

Assembleia da República, 12 de maio de 2017.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,